



EMFOCO

Bancários
CGR
Sindicato dos Bancários
de Campina Grande e Região



Outubro - 2026



Campanha Nacional 2026: nova Convenção Coletiva já está valendo



A Campanha Nacional dos Bancários de 2026 foi encerrada após meses de negociações, assembleias e mobilizações em todo o país. O processo resultou na renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), com validade até 31 de agosto de 2028.

Na CCT, ficou assegurado reajuste de 4,6% nos salários e demais verbas econômicas em 2026, incluindo 0,6% de aumento real. Para setembro de 2027, haverá nova reposição da inflação, conforme o INPC acumulado no período, também acrescida de 0,6%.

As negociações foram marcadas por divergências entre as reivindicações da categoria e as propostas da

Fenaban. A Fenaban tentou congelar o piso de ingresso e estabelecer reajustes diferentes por faixas salariais. Na reta final, propostas com ganhos reais de 0,26% e 0,33% também foram rejeitadas antes de se chegar ao índice aprovado.

Em Campina Grande e Região, visitas às agências, plenárias, assembleias, manifestações e paralisação de 24 horas realizada em 20 de agosto fizeram parte da trajetória. Nos bancos públicos, a mobilização prosseguiu em setembro, com as discussões das reivindicações específicas, greve de dois dias no BB e greve de 20 dias na Caixa.

Além das questões econômicas, a assinatura da nova CCT garantiu a

preservação de todos os direitos e a inclusão de novas cláusulas que tratam do respeito ao descanso fora da jornada (desconexão), canal de denúncias também para atos praticados por clientes, disposições sobre o monitoramento digital e participação na gestão dos riscos psicossociais.

“O Sindicato agradece a cada bancário que participou dessa campanha. Ao longo de todo o processo, nossa diretoria apresentou suas avaliações com transparência e esteve com a categoria até o fim. Agora, iremos cobrar o cumprimento do que foi garantido e continuar enfrentando as questões que ficaram sem solução”, afirma o presidente do Sindicato, Esdras Luciano.

TST encerra greve da Caixa, mas a defesa do Saúde Caixa continua



O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 29 de setembro, o dissídio coletivo da Caixa, determinando o fim da greve e estabelecendo uma sentença normativa válida até agosto de 2028. O movimento não foi considerado abusivo.

A atuação da representação dos

trabalhadores garantiu a possibilidade de compensação dos dias parados em até 180 dias, evitando o desconto previsto inicialmente, além da ampliação da vigência da sentença para dois anos.

No Saúde Caixa, foram mantidas as regras anteriores, mas ficaram de fora pontos importantes, como a ampliação

da participação do banco de 6,5% para 9%, a cobertura integral do déficit de 2026 e a garantia do plano na aposentadoria para os admitidos após agosto de 2018.

O alerta é para 2028: os direitos preservados agora estão amparados por uma sentença normativa com prazo determinado, o que pode fragilizar a posição dos empregados na próxima negociação.

Mobilização na base

Em Campina Grande e Região, os empregados da Caixa permaneceram em greve por 20 dias, de 10 a 29 de setembro. O Sindicato esteve à frente das mobilizações em defesa do Saúde Caixa, fortalecendo a resistência dos trabalhadores. Apesar da preservação de direitos, questões fundamentais seguem sem solução, exigindo mobilização, transparência e cobrança de responsabilidade da Caixa.

O que ficou definido no julgamento

TEMA	DECISÃO
Greve	Não considerada abusiva; rejeitada a multa pedida por descumprimento da liminar
Dias parados	Compensação em até 180 dias. O saldo não compensado poderá ser descontado depois, em três parcelas iguais
Reajuste	INPC + 0,6% nas datas-base de 2026 e 2027
PLR	Manutenção das regras anteriores, incluindo PLR Social de 4%, sem as mudanças prejudiciais propostas pelo banco
Saúde Caixa	Percentuais de 3,5% e 7% mantidos; valores monetários atualizados pelo índice salarial. Cobertura do déficit pela Caixa não está prevista

Déficit do Saúde Caixa: o que está em jogo?

O TST manteve o teto patronal em 6,5% da folha de pagamento, sem incorporar a elevação de 9%, prevista na terceira proposta. Essa diferença representaria cerca de R\$ 1,7 bilhão em recursos adicionais até agosto de 2028.

A decisão também não garantiu a

cobertura, pelo banco, do déficit de 2026, estimado em R\$ 740 milhões. Ao todo, aproximadamente R\$ 2,4 bilhões em compromissos discutidos ficaram fora da sentença. Os números são estimativas, não valores já definidos para cobrança dos usuários.

Se as reservas forem insuficien-

tes, a regra prevê rateio do déficit remanescente entre os titulares, proporcionalmente às mensalidades de dezembro após discussão prévia com as entidades representativas. O cenário exige transparência e negociação para ampliar a responsabilidade da Caixa e proteger os beneficiários.

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Bancários de Campina Grande e Região
Rua Venâncio Neiva, 187-1º andar - Centro
Campina Grande - PB-CEP: 58400-090
Tel.: 83 3341-4005 / 83 99856-0238
Site: www.bancarioscg.com.br
E-mail: secretaria@bancarioscg.com.br
@bancarioscg

Presidente: Esdras Luciano C. Campelo
Secretária de Comunicação: Andreza Leite Andrade
Jornalista Responsável: Ana Dayra Teixeira
Redação: Ana Dayra Teixeira
Projeto Gráfico / Editoração: AXL Comunicação - 83 98715-9762
Fotos: Arquivo Sindicato

BB: acordo aprovado e compromissos a cobrar



Os funcionários do Banco do Brasil de Campina Grande e Região aprovaram a proposta de acordo com 61,68% dos votos na assembleia encerrada em 11 de setembro. A decisão encerrou a greve, na base do Sindicato, e o Acordo Coletivo de Trabalho foi assinado no mesmo dia.

Entre os pontos do novo ACT, estão a ampliação da licença-paternidade, medidas de apoio às

pessoas com deficiência e proteção às trabalhadoras em situação de violência doméstica.

Também houve o compromisso em relação à Cassi e ao Plano de Carreira e Remuneração (PCR), mas ainda insuficientes para garantir os avanços necessários. O aporte de R\$ 360 milhões para a Cassi assegura um fôlego financeiro imediato, mas não resolve o problema estrutural de custeio. Já em relação ao PCR, o ban-

co se comprometeu em realizar estudos, com previsão de encaminhamento até o primeiro semestre de 2027, mas sem garantir mudanças efetivas na carreira e na remuneração dos funcionários.

Com a aprovação, a atuação sindical passa a acompanhar a implementação do acordo, fiscalizar seu cumprimento e cobrar os encaminhamentos das questões pendentes.

Principais pontos do ACT 2026

TEMA	O QUE PREVÊ O ACORDO
Cassi	Adiantamento de R\$ 360 milhões da contribuição patronal para o Plano de Associados.
Carreira (PCR)	Compromisso de realizar estudos para revisão dos critérios do Plano de Carreira e Remuneração.
Licença paternidade	Ampliação de 20 para 35 dias.
Auxílio para filhos com deficiência	Aumento de R\$ 760,48 para R\$ 874,55.
Reconhecimento financeiro	R\$ 3 mil para o público definido na Campanha de Adimplência 2026, condicionado ao atingimento do indicador, e o pagamento previsto para fevereiro de 2027.
Violência doméstica	Estabilidade de seis meses na função comissionada após retorno de afastamento pela Lei Maria da Penha.
Endividamento	Apresentação, em até 60 dias a partir da assinatura do ACT, de novo modelo para enfrentamento do endividamento dos funcionários.

Campanha Nacional 2026: paralisações e greves mobilizam bancários em Campina Grande e Região

A Campanha Nacional dos Bancários de 2026 foi marcada por uma série de mobilizações em Campina Grande. Em agosto, ocorreram paralisações no Bradesco, Itaú e Santander, além de uma paralisação de 24 horas, em todos os bancos, no dia 20. As atividades deram visibilidade às

reivindicações por reajuste salarial, manutenção dos empregos, melhores condições de trabalho e assistência à saúde.

Em setembro, a mobilização ganhou força com a greve dos empregados do Banco do Brasil e da Caixa. Durante o período, o Sindicato realizou

atos em frente às agências, diálogo com trabalhadores e clientes, além de ações simbólicas para dar visibilidade às reivindicações. As manifestações refletiram a insatisfação da categoria com as propostas apresentadas pelos bancos e a participação dos trabalhadores nas decisões sobre os acordos coletivos.

